

# Superior Tribunal de Justiça

## HABEAS CORPUS Nº 537.301 - RS (2019/0297360-7)

**RELATOR** : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO  
**IMPETRANTE** : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**ADVOGADOS** : DEISE CASPANI COLLET - RS051075  
DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**IMPETRADO** : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL  
**PACIENTE** : LAURO RODRIGUES EIFLER (PRESO)  
**INTERES.** : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

### DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de LAURO RODRIGUES EIFLER apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio Grande do Sul (Apelação 70082259458).

Os autos dão conta de que o paciente foi condenado, por infração ao art. 33, *caput* e § 4º, da Lei n. 11.343/2006, à pena de 3 (três) anos de reclusão, em regime aberto, além do pagamento de 250 (duzentos e cinquenta) dias-multa, tendo sido a pena privativa de liberdade substituída por 2 (duas) restritivas de direitos, consistentes em prestação de serviços à comunidade e prestação pecuniária de 10 (dez) salários mínimos (e-STJ fls. 695/711), isso porque, segundo narra a denúncia (e-STJ fl. 10):

No dia 23 de abril de 2017, por volta das 20h30min, na Rua I, nº 175, Chácara do Banco, nesta Capital, o denunciado LAURO RODRIGUES EIFLER trazia consigo e guardava, para fornecimento a terceiros, drogas, sem autorização e em desacordo com determinação legal ou regulamentar.

Na ocasião, o denunciado estava na via pública com uma sacola nas mãos, em atitude suspeita, quando policiais militares passaram pelo local durante patrulhamento de rotina. Lauro foi abordado, momento em que os agentes constataram que dentro da referida sacola havia um tijolo com farelos de *crack*, pesando cerca de 497 gramas, uma embalagem fechada, contendo 1.000 pinos de plástico (próprios para embalar drogas) e uma balança de precisão (fl. 18).

Irresignadas, a defesa e a acusação apelaram. O Tribunal de origem negou provimento ao recurso defensivo e deu provimento ao do Ministério Público nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fl. 785):

# Superior Tribunal de Justiça

TRÁFICO DE ENTORPECENTES. PROVA. PALAVRA DO POLICIAL. VALOR. CONDENAÇÃO MANTIDA.

Os depoimentos dos policiais envolvidos nas diligências que culminaram com a acusação da prática de crime por parte do apelante devem ser analisados como os de qualquer outra pessoa. Não se imagina que, sendo o policial uma pessoa idônea e sem qualquer animosidade específica contra o agente, vá ao juízo mentir, acusando falsamente um inocente.

Aqui, em prova convincente, os policiais militares disseram que, em patrulhamento em local conhecido pelo tráfico de drogas, avistaram o apelante em atitude suspeita e resolveram detê-lo. Em revista, apreenderam expressiva quantidade de *crack* em seu poder, além de diversas embalagens para drogas e uma balança de precisão. Ou, seja tais fatos demonstram que o apelante praticou o delito denunciado

PENA. REDUTORA DO § 4º. REQUISITOS NÃO PREENCHIDOS. BENEFÍCIO CASSADO.

Cassa-se o benefício previsto no § 4º do artigo 33, porque o apelado não preencheu os requisitos previstos no parágrafo citado. Além dos antecedentes negativos e a expressiva quantidade e nocividade da droga apreendida, tem-se a informação que o apelado está envolvido na prática de ilícitos criminais e faz parte de uma organização criminosa, pois, como chamou a atenção a julgadora em sua sentença.

Apelo defensivo desprovido. Apelo ministerial provido.

No presente *writ*, a Defensoria Pública do Estado do Rio Grande do Sul afirma que *"o regime inicial nas condenações por crimes hediondos ou equiparados não é obrigatoriamente o fechado, motivo pelo qual, em verdade, necessário o cotejo e apreciação das circunstâncias empíricas para que seja aplicado o regime semiaberto ou aberto, desde que presentes os requisitos do art. 33, § 2º, alíneas 'b' e 'c', do Código Penal"* (e-STJ fl. 5).

Alega que *"o paciente faz jus ao reconhecimento de regime mais brando, qual seja, o semiaberto, uma vez que, apenas a título de argumentação – porquanto o órgão fracionário sequer justificou a razão pela qual fixou o regime mais gravoso para o cumprimento da pena - depreende-se da leitura do artigo 33, §2º, alínea “b”, do Código Penal que o legislador não afetou a concessão do benefício legal à diversidade ou quantidade da droga apreendida, enquanto que o entendimento desse Egrégio Superior Tribunal de Justiça tem sido no sentido de que estas variáveis devem ser compreendidas como vetores da dosimetria"* (e-STJ fl. 5).

# Superior Tribunal de Justiça

Por isso, requer, inclusive liminarmente, seja cassado o acórdão impugnado e fixado o regime semiaberto como o de início de cumprimento da pena (e-STJ fls. 3/6).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ademais, o pedido liminar confunde-se com o próprio mérito da irresignação, o qual deverá ser apreciado em momento oportuno, por ocasião do julgamento definitivo deste processo.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

# *Superior Tribunal de Justiça*

Brasília, 02 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

